



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 01/2023/CGJCE – VERSÃO ATUALIZADA
(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE)

Dispõe sobre a Prestação de Contas e a Responsabilização (*Accountability* pública) de interinos e interventores das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará e dá outras providências.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e de orientação dos juízes de primeiro grau e dos serviços de notas e de registros do Estado do Ceará, nos termos do art. 39, da Lei nº 16.397, Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, de 14 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 80, de 09 de junho de 2009 e do Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que versam sobre as responsabilidades dos delegatários das serventias extrajudiciais, inclusive das serventias sob interinidade;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria Geral da Justiça fiscalizar as serventias extrajudiciais, zelando pela continuidade do serviço, bem como manter seu controle financeiro para não colocar em risco a regular prestação do serviço;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria Geral da Justiça receber, analisar e decidir quanto às prestações de contas de interinos/interventores, nos termos do Provimento nº 14/2022/CGJCE;

CONSIDERANDO que o responsável por serviço extrajudicial não classificado dentre os regularmente providos não poderá obter remuneração superior a 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em respeito ao artigo 37, XI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do Provimento nº 03/2021/CGJCE, que instituiu o Sistema de Controle de Contas dos Interinos - Sin-CCI e regulamenta a forma de apresentação da prestação de contas das serventias extrajudiciais vagas;

CONSIDERANDO o disposto no Provimento nº 45/2015 do Conselho Nacional de Justiça que consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o caráter precário das designações de interinidade ou de intervenção para o preenchimento provisório de serventias vagas, em cumprimento ao § 1º do art. 3º da Resolução 80/2009, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o quanto disposto no art. 31 do Provimento nº 14/2022/CGJCE, que dispõe sobre normas gerais de vacância, designação de responsável interino e anexação provisória de serventias extrajudiciais; e

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de constante aperfeiçoamento das rotinas de fiscalização das serventias extrajudiciais vagas, com o intuito de melhorar a eficiência e eficácia dos procedimentos, desaguando em maior transparência e incremento da arrecadação.

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o procedimento de prestação de contas e responsabilização (*Accountability* pública) de interinos e interventores responsáveis pelas serventias extrajudiciais do Estado do Ceará.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins deste provimento, considera-se:

I - Serventia extrajudicial vaga: unidade extrajudicial não provida por meio de concurso público de provas e títulos específicos para a outorga de delegação de notas e de registro.

II - Interino: pessoa designada de forma precária para prestar serviço notarial ou registral em serventia declarada vaga, na confiança do Poder Judiciário, até que a serventia seja provida por concurso público, podendo este ser interino substituto ou interino delegatário, na forma prevista no Provimento nº 14/2022/CGJCE.

III - Interventor: pessoa designada de forma precária para prestar serviço notarial ou registral até o julgamento do processo administrativo disciplinar ou até o final do período de suspensão, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei n. 8.935/1994.

IV - Accountability pública: obrigação de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática a quem se tenha confiado recursos públicos, bem como de prestar contas ao Estado que lhes delegou essas responsabilidades, a exemplo de interinos e interventores.

V - Auditoria do setor público: processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidência para determinar se a informação ou as condições reais de um objeto de auditoria estão de acordo com critérios estabelecidos nos normativos de regência.

VI - Achado de auditoria: elementos de comprovação da discrepância entre a situação encontrada e a situação considerada ideal; podendo ser negativo, quando revela impropriedade ou irregularidade, ou positivo, quando aponta boas práticas de gestão.

VII - Impropriedades: falhas de natureza formal que não resultem danos ao erário e outras que tenham o potencial para conduzir à inobservância aos princípios de administração pública ou à infração de normas legais e regulamentares.

VIII - Irregularidades: prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, tais como fraudes, atos ilegais, omissão no dever de prestar contas e violação aos princípios da administração pública.

IX - Glosa: ato formal de rejeição total ou parcial de receitas e/ou despesas, observadas situações impróprias e/ou irregulares.

X - Regime de caixa: regime contábil em que o registro das receitas e despesas são contabilizados na data em que são efetivamente recebidas ou pagas.

DA DESIGNAÇÃO DE INTERINOS E DE INTERVENTORES

Art. 3º Declarada a vacância da serventia extrajudicial, compete à Corregedoria Permanente designar interino, conforme o Provimento nº 14/2022/CGJCE. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Parágrafo único. Para a adequada regulação do exercício da interinidade, a Corregedoria Permanente, em conjunto com o interino designado, deverá elaborar Plano de Gestão da Serventia, que contemple a análise da estrutura administrativa e operacional da unidade vaga, definindo: **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

I - quadro de colaboradores necessário à execução dos serviços; **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

II - despesas de pessoal e as despesas gerais ou administrativas; **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

III - serviços especializados cuja contratação se revele necessária; e **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

IV - investimentos imediatos, desde que sejam indispensáveis à continuidade da prestação do serviço público. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 4º Ocorrendo o afastamento do delegatário, por determinação em processo judicial ou processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidade, deverá ser designado interventor para responder pela serventia extrajudicial, pelo prazo que durar o afastamento, observadas as disposições do art. 35, § 1º e art. 36, ambos da Lei nº 8.935/94 e Provimento nº 14/2022/CGJCE. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025).**

Art. 5º O interino ou interventor, designado a título precário como responsável por serventia extrajudicial, deverá prestar contas mensalmente à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJCE). **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Parágrafo único. O Plano de Gestão da Serventia, referido no art. 3º, parágrafo único, deste Provimento, deverá acompanhar a primeira prestação de contas apresentada pelo interino. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

DA REMUNERAÇÃO DE INTERINOS E DE INTERVENTORES

Art. 6º A remuneração do interino não poderá exceder 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, ainda que haja exercício simultâneo de múltiplas interinidades. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Parágrafo único. O valor excedente, apurado após o lançamento das receitas e despesas da serventia e dedução da remuneração do interino, deverá ser recolhido ao Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 7º A remuneração do interventor também está limitada a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio dos Ministros do STF, devendo ser fixada segundo os seguintes parâmetros: **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

I - Serventias de Comarca de Entrância Inicial: 50% do Subsídio do Ministro do STF; **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025).**

II - Serventias de Comarca de Entrância Intermediária: 70% do Subsídio do Ministro do STF; (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

III - Serventias de Comarca de Entrância Final: 90,25% do Subsídio do Ministro do STF. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025 e Corrigenda ao Provimento nº 18-2025-CGJCE, publicada na página 157 do DJeA de 21 de novembro de 2025.)

§ 1º A remuneração fixada poderá ser alterada pelo Juízo Corregedor Permanente, por decisão fundamentada, observada a situação socioeconômica da Comarca. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

§ 2º Em nenhuma hipótese a remuneração mensal do interventor poderá exceder o valor da receita líquida da serventia, apurada após o pagamento de todas as despesas correntes do respectivo mês. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

Art. 8º Durante o afastamento, o delegatário receberá mensalmente metade da receita líquida da serventia, sendo a outra metade depositada em conta bancária especial, com correção monetária. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

§ 1º Caso venha a ser absolvido, o titular receberá o montante depositado na conta bancária especial; condenado, caberá o montante ao interventor, independentemente da remuneração mensal prevista no artigo anterior. (Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

§ 2º Havendo substituição de interventor, na hipótese de aplicação de sanção ao delegatário, ao final da intervenção, em relação ao *bônus* previsto no parágrafo anterior, cada um dos interventores receberá percentual proporcional ao período de exercício da função. (Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

~~**Art. 9º Em caso de intervenção em serventia extrajudicial sob responsabilidade de interino, este nada receberá a título de remuneração durante o período de afastamento, devendo todo o montante da receita líquida apurada ser recolhido a título de excedente remuneratório. (Revogado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**~~

Art. 10. Os interinos e interventores não fazem jus à percepção de 13º salário e de férias, dada a inexistência de vínculo laboral de natureza jurídica celetista ou estatutária junto ao poder público.

DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 11. Consideram-se receitas do mês:

- I** - os emolumentos percebidos pela respectiva serventia extrajudicial;
- II** - o valor percebido pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais oriundos da compensação pela prática dos atos gratuitos por parte do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU);
- III** - o rendimento das aplicações financeiras dos emolumentos, os quais se incorporam aos ganhos econômicos e financeiros da serventia.
- IV** - qualquer outro valor recebido pela serventia a título de serviços prestados no âmbito da serventia extrajudicial, a exemplo de serviço reprográfico.

Art. 12. Consideram-se despesas do mês:

- I - Despesas de pessoal:** valores destinados, exclusivamente, para quitação da folha de pagamento dos prepostos legalmente vinculados à serventia extrajudicial, bem como os encargos decorrentes das obrigações básicas diretas dos empregadores, tais quais FGTS, contribuição previdenciária, 13º salário, vale-alimentação, vale-transporte, entre outros;
- II - Despesas gerais/administrativas:** valores relacionados aos gastos com a manutenção da estrutura administrativa e encargos próprios da serventia para prestação de seus serviços, tais quais aluguel de prédio, água, luz, internet, manutenção de sistemas, entre outros;
- III - Serviços de terceiros:** valores relativos à contratação de serviços especializados, tais como assessoria jurídica e contábil;
- IV - Investimentos/imobilizados:** dispêndios com bens ou serviços para modernizar a serventia, a exemplo de aquisições de máquinas, equipamentos e sistemas, e realização de reformas para manutenção de imóvel, quando prevista esta última estiver prevista como obrigação do locatário, no contrato. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

DAS PROIBIÇÕES

Art. 13. Aos interinos e aos interventores, é defeso, sem a prévia aprovação do Juízo Corregedor Permanente, contratar novos prepostos, aumentar salários ou conceder bonificações aos prepostos já existentes; contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da serventia de modo extraordinário ou continuado.

§ 1º Todos os investimentos que comprometam a renda da serventia extrajudicial deverão ser objeto de projeto a ser encaminhado para aprovação do Juízo Corregedor Permanente, devendo ser instruídos, no mínimo, por projeto básico, pesquisa de mercado e minuta contratual. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

§ 2º A solicitação de autorização e a respectiva aprovação do disposto no parágrafo anterior deverão ser comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJCE) via Sistema de Controle de Contas de Interinos e Interventores (Sin-CCI).

§ 3º É vedado o parcelamento de débitos de qualquer natureza, salvo expressa autorização prévia da Corregedoria Geral da Justiça, após solicitação justificada.

§ 4º É vedado o pagamento de despesas com eventos e comemorações, sem expressa e prévia autorização da Corregedoria Permanente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025).**

Art. 14. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do responsável interino ou interventor de serventia extrajudicial, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF e Resolução nº 007/2005 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

Parágrafo único. Deverá o interino ou interventor, por ocasião da apresentação do pedido de contratação de prepostos, apresentar declaração de que não possui qualquer um dos vínculos elencados no *caput* com o preposto ao qual pretende contratar.

DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS

Art. 15. Somente após autorização do Juízo Corregedor Permanente, poderão ser feitas novas contratações de funcionários ou estagiários para atuar na serventia extrajudicial, preferencialmente em contrato a título de experiência, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou da Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008).

§ 1º O pedido de contratação de novos funcionários ou estagiários, recontração, recomposição de quadro de pessoal ou aumento de remuneração deverá estar acompanhada da especificação do cargo/função e atividades a serem desenvolvidas, assim como carga horária de trabalho e remuneração, com a devida justificativa para contratação ou majoração salarial.

§ 2º Despesas com hora extra, gratificações, abono pecuniário de férias, adicionais de produtividade ou outros, só poderão ser realizadas após devidamente autorizadas.

§ 3º As demissões deverão ser justificadas e previamente autorizadas pela Corregedoria Permanente, para assegurar o regular funcionamento da serventia. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 4º A realização ou participação em cursos de capacitação exigem autorização prévia da Corregedoria Permanente, sendo vedado o pagamento de cursos ministrados pelo interino/interventor ou por colaboradores da serventia. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 16. A contratação de serviços advocatícios, excetuados os de consultoria, deverá ser feita preferencialmente por demanda, exigindo-se, após a apresentação de relação de demandas judicializadas, a prévia autorização do Juízo Corregedor Permanente, devendo

os honorários cobrados estarem harmônicos com a tabela de honorários da OAB-CE e valores praticados no mercado local.

Art. 16-A. Preferencialmente, as contratações de prestadores de serviços, como diaristas, vigilantes e mototaxistas, devem ser feitas sob demanda, para evitar a oneração continuada da receita da serventia extrajudicial e a caracterização de contratação de mão de obra direta, sendo exigida a apresentação do contrato de prestação de serviços, o comprovante de pagamento e a prévia autorização do Juízo Corregedor Permanente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 17. Havendo necessidade fundamentada de realização de investimentos para melhoria na estrutura física, na segurança e na modernização da serventia extrajudicial, notadamente para cumprir as exigências do CNJ e da CGJCE, por meio de realização de obras e/ou aquisição de bens, deverá o interino/interventor apresentar projeto prévio ao Juízo Corregedor Permanente, acompanhado das respectivas planilhas de detalhamento, prazo de execução e orçamento de, no mínimo, 02 (duas) empresas legalmente constituídas em cada área, para análise e deliberação.

§ 1º Somente serão aceitas menos de 02 (duas) propostas quando comprovada a inexistência ou a inviabilidade de competição.

§ 2º Os investimentos realizados no exercício da interinidade ou da intervenção, com autorização do Juízo Corregedor Permanente, serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), por meio de processo de tombamento, ficando sob a guarda do interino/interventor, que deverá manter inventário atualizado de todos os bens adquiridos até o término da responsabilidade.

Art. 17-A. Para atesto de despesa com locação de imóvel é exigida a apresentação do contrato e dos comprovantes de pagamentos, além da prévia autorização da Corregedoria Permanente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Parágrafo único. Tratando-se de serventia extrajudicial instalada em Comarca de Entrância Final, deverá o interino/interventor apresentar, conjuntamente com a solicitação de autorização, minuta do contrato para análise e deliberação do Juízo Corregedor Permanente, que poderá solicitar documentos complementares como pesquisa de mercado. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 18. Eventuais despesas de caráter urgente, que sejam imprescindíveis à continuidade da prestação dos serviços da serventia extrajudicial e que não possam aguardar deliberação do Juízo Corregedor Permanente, poderão ser excepcionalmente realizadas, mediante posterior e regular prestação de contas no mês subsequente, ficando o interino/interventor sujeito à devolução de valores pagos em caso de desaprovação da despesa.

Parágrafo único. Estipula-se como limite o valor correspondente a 3 (três) salários-mínimos por mês para despesas de caráter urgente e imprevisível, tais como, decorrentes de pane elétrica, reparo em goteiras, manutenção de impressoras, conserto de vazamentos e similares.

DAS DESPESAS QUE DISPENSAM SOLICITAÇÃO PRÉVIA

Art. 19. Consideram-se despesas ordinárias úteis e necessárias à continuidade do exercício da atividade notarial e registral, desde que compatíveis ao volume e ao período de referência, dispensando autorização prévia do Juízo Corregedor Permanente:

I - valores de despesas de pessoal decorrente da folha de funcionários, tais como férias, décimos terceiros salários, rescisões, encargos sociais e fiscais correlatos, bem como despesas necessárias para admissão e demissão;

II - aumento de salários em decorrência de ajuste do salário mínimo nacional vigente ou de piso salarial da categoria;

III - o custeio necessário à manutenção das instalações físicas da serventia, incluindo abastecimento de água, energia elétrica, itens de higiene e limpeza, materiais de copa e cozinha; **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

IV - aquisição de materiais de expediente, a exemplo de papéis, carimbos, tintas para carimbo e impressoras, canetas, toners para impressão, tesouras, lápis, grampeadores e respectivos grampos;

V - pagamento de despesas com postagem e publicações vinculadas às atividades finalísticas da serventia extrajudicial;

VI - contratação de serviços de telefonia e de provedor de internet; e

VII - pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel onde funciona a serventia, tais como Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Taxa de Coleta de Resíduos (TCR) e Alvará de Funcionamento.

Parágrafo único. As despesas mencionadas neste artigo, embora dispensem autorização prévia, poderão ser fiscalizadas pelos Juízes Corregedores Permanentes quanto aos valores e quantidades, inclusive após o julgamento das contas. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

Art. 20. Nas serventias vagas, bem como naquelas sob intervenção, o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre os serviços notariais e de registro, observará a forma de incidência estabelecida na legislação municipal aplicável, conforme as disposições a seguir: **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

I - Quando o ISSQN estiver incluído no valor dos emolumentos (“por dentro”), é vedado o repasse do tributo ao usuário do serviço, incumbindo ao interventor efetuar o

recolhimento do imposto ao Município, calculado sobre o valor dos emolumentos, nos termos do item 21 da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 (“Serviços de registros públicos, cartorários e notariais”); **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

II - Quando o ISSQN não estiver incluído no valor dos emolumentos (“por fora”), o valor correspondente deverá ser cobrado do usuário e integralmente repassado ao Município, aplicando-se essa regra tanto às serventias providas, sob intervenção, quanto às vagas, sob regime de interinidade. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o imposto estiver incluído no valor dos emolumentos (“por dentro”), é vedado ao interino proceder ao recolhimento do ISSQN, em razão da imunidade tributária recíproca entre os entes federativos, prevista no art. 150, inciso VI, da Constituição Federal. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 21. Cabe à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJCE), quando necessário, efetuar fiscalização, *in loco*, quanto às despesas que constarem nos balancetes de prestação de contas.

DAS DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS

Art. 22. Serão glosados na prestação de contas, tornando-se ônus do interino/interventor:

I - despesas que não estiverem de acordo com o regime de caixa;

II - despesas particulares do interino/interventor, tais como Imposto de Renda de Pessoa Física e Contribuição Previdenciária;

III - valores referentes à filiação a sindicato, dado não constituir despesa própria e necessária para o funcionamento serventia extrajudicial, configurando opção do interino/interventor a sua filiação;

IV - valores repassados à Defensoria Pública e ao Ministério Público a título de Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública (FAADEP) e do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará (FRMMP);

V - despesas de energia, água, telefone e internet, cujos dados estiverem em desacordo com os cadastros da serventia junto ao TJCE;

VI - valor de multa, juros e encargos sobre qualquer pagamento, decorrentes de atraso no cumprimento de obrigações; e

VII - despesas sem a totalidade de comprovantes necessários para validação.

VIII - Despesas pagas por meio de cartão de crédito/débito. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

DO TRÂMITE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS POR INTERINOS

Art. 23. Os interinos devem elaborar a prestação de contas no Sistema de Controle de Contas de Interinos e Interventores (Sin-CCI), que seguirá as seguintes etapas:

I - lançamento de todas as receitas e despesas do mês, conforme regime de caixa, sem considerar a remuneração própria do interino;

II - apuração da receita líquida da serventia, a qual equivale à diferença apurada no item anterior, com subsequente verificação do resultado, se supera ou não o teto remuneratório correspondente a 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF);

III - envio do balancete até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência para análise pelo órgão competente; e

IV - finalização do balancete com ou sem glosas, que ficará armazenado no banco de dados do Sin-CCI, o qual será a fonte dos achados de auditoria pertinentes para elaboração do parecer técnico.

§ 1º No que compete à apuração disposta no inciso II, se a receita líquida não ultrapassar o teto remuneratório, o valor reverter-se-á em favor do interino a título de remuneração, conseqüentemente, não haverá excedente a ser recolhido ao FERMOJU, de forma que o saldo de caixa do mês a recolher para o TJCE estará zerado.

§ 2º Por outro lado, se a receita líquida da serventia superar o teto remuneratório, deverá o interino recolher o excedente em favor do FERMOJU, na forma regulada neste provimento.

§ 3º Verificadas inconsistências, erros de preenchimento, ausência de documentação ou necessidade de esclarecimentos, o balancete será devolvido à serventia extrajudicial para correções no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ser reenviado para reanálise. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).

§ 4º Após reanálise, permanecendo inconformidades, o balancete poderá ser devolvido à serventia extrajudicial para regularização no prazo excepcional de 8 (oito) dias, devendo ser novamente enviado para análise e finalização. (Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).

DO TRÂMITE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS POR INTERVENTORES

Art. 24. Os interventores devem elaborar a prestação de contas no Sistema de Controle de Contas de Interinos e Interventores (Sin-CCI), que seguirá as seguintes etapas:

I - lançamento de todas as receitas e despesas do mês, conforme regime de caixa, considerando a remuneração estabelecida ao interventor pelo Juízo Corregedor Permanente, como despesa ordinária da serventia;

II - apuração da receita líquida, por meio do confronto entre receitas e despesas;

III - repasse, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da apuração, de metade da receita líquida ao titular da serventia, e depósito da outra metade em conta especial com correção monetária;

IV - envio do balancete até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao de referência, para análise pelo órgão competente; e

V - finalização do balancete com ou sem glosas, que ficará armazenado no banco de dados do Sin-CCI, o qual será a fonte dos achados de auditoria pertinentes para elaboração do parecer técnico.

Parágrafo único. O atraso na prestação de contas e nos depósitos pode acarretar a imediata substituição do interventor.

DO JULGAMENTO TÉCNICO DAS CONTAS

Art. 25. As contas serão julgadas com base nos princípios gerais de auditoria do setor público, notadamente, ética, independência e ceticismo profissional, em:

I - regulares, quando evidenciarem a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão, bem como a correta aplicação dos recursos;

II - regulares com ressalvas, quando evidenciarem impropriedade, ou falha de natureza formal que não cause danos ou prejuízo ao erário; ou

III - irregulares, quando comprovadas quaisquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) dano erário decorrente de ato de gestão ilegítimo;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º Quando as contas forem julgadas regulares, a serventia extrajudicial terá o balancete finalizado sem pendências, adotando-se o parecer técnico como definitivo, sendo o procedimento encerrado e desse modo concedido atesto de cumprimento de obrigação ao responsável. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

§ 2º Quando as contas forem julgadas regulares com ressalvas, dar-se-á ciência ao responsável, determinando-lhe a adoção de medidas para corrigir ou prevenir as falhas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

§ 3º A CGJCE poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, inclusive quando de aprovação com ressalvas, feita em processo prestação de contas anterior.

Art. 26. As deduções glosadas por falta de comprovação ou de justificativa não poderão ser restabelecidas após o ato tornar-se irrecorrível.

Art. 27. Nas hipóteses do artigo 25, III, alíneas “c” e “d”, a CGJCE, em reconhecendo a responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular e de terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado, providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis.

DO PARECER TÉCNICO

Art. 28. O parecer técnico preliminar destacará e sintetizará informações relevantes das contas apresentadas no período, o qual deverá ser submetido à apreciação do Corregedor-Geral da Justiça, podendo, ao final, ser:

I - homologado com aprovação sem ressalvas quando não houver glosas e não houver valor a recolher no período;

II - homologado com aprovação com ressalvas quando houver inconformidades nas contas, mas não houver valor a recolher aos cofres públicos;

III - homologado com desaprovação quando houver: **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

a) irregularidade nas contas e valores não recolhidos tempestivamente; **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

b) reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, inclusive quando de aprovação com ressalvas, em processo prestação de contas anterior. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 1º O parecer técnico preliminar será encaminhado, por despacho do Juiz Corregedor Auxiliar, ao interino/interventor para ciência, e este poderá contestá-lo no prazo de 15 (quinze) dias. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º O interino/interventor poderá apresentar comprovante de recolhimento de valores, que possibilite a conversão do parecer técnico preliminar em outra modalidade de aprovação quando da elaboração do parecer técnico definitivo, se cabível.

Art. 29. Intimado da decisão referida no art. 28, é conferido ao interino/interventor, o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa sobre as irregularidades constatadas, sendo

vedada a apresentação de novas despesas nessa ocasião. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 1º Decorrido o prazo, sem apresentação de defesa, devidamente certificada nos autos, converte-se automaticamente o parecer técnico preliminar em parecer técnico definitivo. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º Decorrido o prazo, com manifestação, os autos serão conclusos a(o) Corregedor(a)-Geral da Justiça para deliberação. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 3º A liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará a irregularidade apontada pelo órgão técnico, ressalvada a hipótese de má-fé.

Art. 30. O interino/interventor será intimado da decisão final de julgamento da prestação de contas proferida pelo(a) Corregedor(a)-Geral da Justiça, podendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar recurso dirigido ao Conselho Superior da Magistratura. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 1º O recurso será apresentado, por petição fundamentada, ao Corregedor-Geral da Justiça, que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º O recurso administrativo em questão terá efeito suspensivo.

Art. 31. Transitada em julgado a decisão que reconhece o dever de recolhimento do valor de excedente remuneratório, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças do TJCE (SEFIN/TJCE) para cobrança e acompanhamento regular de quitação do débito.

Art. 32. O parecer técnico definitivo que embasou a decisão do Corregedor-Geral da Justiça acerca da prestação de contas será encaminhado ao Juízo Corregedor Permanente da respectiva comarca, para ciência.

DO RECOLHIMENTO DE EXCEDENTE REMUNERATÓRIO POR INTERINOS

Art. 33. Os valores a título de excedente remuneratório deverão ser recolhidos mensalmente ao FERMOJU, até o décimo dia do mês subsequente, por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, a ser emitido pela Secretária de Finanças do TJCE (SEFIN/TJCE), passando o respectivo comprovante de pagamento a integrar a prestação de contas.

Art. 34. O não recolhimento tempestivo de excedente remuneratório ensejará a atualização da dívida por meio de incidência de juros e correção monetária, segundo as regras da legislação estadual.

§ 1º O Interino será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher o valor apurado, atualizado, sob pena de protesto extrajudicial e encaminhamento para inscrição em dívida ativa, além da instauração de procedimento de quebra de confiança. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º O Documento de Arrecadação Estadual - DAE deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - código Fermoju;
- II - denominação da serventia;
- III - nome e CPF do interino ou interventor;
- IV - mês de referência;
- V - valor a ser recolhido.

Art. 35. O fluxo da prestação de contas somente será encerrado após conhecimento do interino/interventor da decisão acerca das contas apresentadas (art. 30), sendo o processo de cobrança de valores, quando houver, continuado pela Secretária de Finanças do TJCE (SEFIN/TJCE), a qual caberá:

- I - efetuar o registro contábil do responsável pelo débito apurado;
- II - atualizar o cálculo do débito; e
- III - efetuar a baixa contábil.

Parágrafo único. Trimestralmente, o órgão técnico da Corregedoria Geral da Justiça demandará à Secretária de Finanças do TJCE (SEFIN/TJCE) o envio da relação de baixas de débitos do período.

DA QUEBRA DE CONFIANÇA E RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 36. A falta da prestação de contas, a prestação de contas intempestiva, a irregularidade das contas ou o reiterado preenchimento do Sin-CCI em desacordo com o previsto neste provimento poderá caracterizar quebra da confiança outorgada pelo Poder Público ao interino/interventor.

§ 1º A(o) Corregedor(a)-Geral da Justiça poderá determinar a(o) Corregedor(a) Permanente a instauração de procedimento administrativo sumário de quebra de confiança ou decidir pela substituição do interino/interventor e determinar outras providências saneadoras. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por correção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º O reconhecimento da ocorrência da quebra da confiança, com afastamento do responsável, não dispensa o saneamento das irregularidades imputadas e poderá implicar a adoção de medidas cíveis, administrativas e penais cabíveis à espécie.

§ 3º Havendo indícios da prática de crime ou de improbidade administrativa, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Estado e os demais órgãos responsáveis deverão ser comunicados.

§ 4º Havendo quebra de confiança ou reincidência de irregularidades constatadas no julgamento de contas com base no art. 25, III, ficará o interino impedido de assumir nova designação por 2 (dois) anos. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

§ 5º Na hipótese de decisão de substituição, com base no art. 24, parágrafo único, o interventor substituído é impedido de assumir nova designação, inclusive como interino, por 2 (dois) anos. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

DA GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 37. Os documentos originais comprobatórios dos lançamentos da prestação de contas, como contratos, cupons, notas fiscais e recibos, devem ficar em poder da serventia extrajudicial, cuja receita exceda ou não ao teto remuneratório, pelo prazo de 05 (cinco) anos e devem ser arquivados de forma zelosa e em ordem cronológica, podendo o Juízo Corregedor Permanente da Comarca ou a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará requisitá-los para análise, se julgar necessário.

DO PROVISIONAMENTO DE VALORES DE ENCARGOS TRABALHISTAS (Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).

Art. 38. Durante a interinidade, o responsável pela serventia deverá realizar provisionamento de valores em conta bancária específica e remunerada, destinada a assegurar o pagamento de encargos trabalhistas, limitados ao período da interinidade, incluindo férias acrescidas do terço constitucional, décimo terceiro salário, depósito de FGTS e multa por dispensa sem justa causa, aviso prévio indenizado e respectivos encargos previdenciários. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§1º O provisionamento mensal corresponderá, no mínimo, a 39,64% da folha de pagamento, conforme parâmetros do ANEXO ÚNICO. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§2º A adoção do percentual mínimo estabelecido no § 1º, dispensa autorização prévia do Juízo Corregedor Permanente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§3º A alteração do percentual definido para provisionamento exige justificativa técnica, firmada por contador com registro no CRC e autorização da Corregedoria Permanente, a quem cumpre comunicar à Corregedoria-Geral da Justiça, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do deferimento. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 39. O interino prestará contas mensalmente à Corregedoria-Geral, registrando os valores provisionados no campo “1. Saldo – Provisões de Encargos Trabalhistas” do Sin-CCI, com envio do extrato da conta vinculada. **(Alterado pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 1º O provisionamento mensal integra as despesas ordinárias de funcionamento da serventia vaga. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º Havendo demissão de empregado durante a interinidade, a Corregedoria Permanente poderá autorizar a liberação de parte do valor provisionado, para pagamento das verbas rescisórias. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 40. Os provisionamentos em percentual inferior ao apontado no § 1º do art. 38, deverão ser adequados a este Provimento, no prazo de 30 (trinta) dias. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 41. O interino é responsável pela aferição dos cálculos necessários à definição do percentual de provisionamento, de modo a assegurar o adimplemento dos encargos rescisórios, devendo solicitar ajustes sempre que constatada insuficiência ou excesso ou alteração normativa. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 42. Encerrada a interinidade e quitadas as verbas rescisórias, eventual saldo remanescente na conta de provisionamento será recolhido da mesma forma prevista para o excedente ao teto remuneratório. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 43. Provida a serventia por concurso, cumpre ao interino rescindir todos os contratos de trabalho vigentes até a data da assunção do novo delegatário e promover a quitação das verbas rescisórias com os valores provisionados. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Parágrafo único. As rescisões deverão observar a modalidade de dispensa sem justa causa, salvo hipótese de justa causa ou acordo formal entre as partes, conforme legislação trabalhista. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 44. A omissão quanto ao dever de provisionar implicará a desaprovação das contas, ficando o interino impedido de assumir nova designação por 2 (dois) anos. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

DAS COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)

Art. 45. As comunicações e expedientes da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará decorrentes deste Provimento serão realizados exclusivamente por meio eletrônico. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 1º As comunicações e expedientes serão encaminhados ao endereço eletrônico (e-mail) informado por ocasião da solicitação de acesso ao Sistema de Controle de Contas dos Interinos e Interventores (Sin-CCI). **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 2º Na ausência de confirmação de leitura no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a comunicação será considerada automaticamente lida, iniciando-se a contagem do prazo respectivo, a partir do primeiro dia útil subsequente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 3º O interino ou interventor deverá indicar endereço eletrônico de uso pessoal, que será utilizado como canal oficial de comunicação durante todo o período de análise e julgamento dos balancetes. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

§ 4º O interino ou interventor deverá, sempre que necessário, solicitar a alteração do endereço eletrônico cadastrado por meio do e-mail: cgj.inspecao.extrajudicial@tjce.jus.br. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

Art. 46. O prazo para resposta será consignado no expediente encaminhado, observando-se os prazos legais, regimentais e, quando aplicável, os definidos pela autoridade competente. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

Art. 47. Decorrido o prazo estabelecido para manifestação, observar-se-ão os seguintes procedimentos: **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).**

I - Na ausência de resposta: (Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).

a) A Gerência Administrativa emitirá certidão de decurso de prazo, atestando a inércia do(a) destinatário(a);

b) após a emissão da certidão, os autos serão encaminhados ao setor técnico competente, para deliberação quanto às providências administrativas ou correicionais cabíveis.

II - Na apresentação de resposta: (Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025).

a) A Gerência Administrativa emitirá certidão, consignando a data da expedição, bem como o termo inicial e final do prazo concedido;

b) Em seguida, os autos serão conclusos à(o) Corregedor(a)-Geral da Justiça, para análise e deliberação.

Art. 48. Concluída a tramitação processual, a Gerência Administrativa emitirá certidão de trânsito em julgado administrativo e procederá ao arquivamento dos autos. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

Art. 49. Todos os atos praticados no processo, inclusive atinentes às expedições, deverão ser devidamente registrados, com controle de prazos e histórico de comunicações, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a eficiência da atuação correicional. **(Incluído pelo Provimento nº 18/2025/CGJCE, republicado por incorreção no DJeA de 14/11/2025)**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 13 de janeiro de 2023.

**DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

*** REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO – PROVIMENTO Nº 01/2023/CGJCE

BASE DE CÁLCULO PARA PROVISIONAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

(Incluído pelo Prov. 18/2025/CGJCE, publicado no DJeA de 14/11/2025)

	ENCARGO/VERBA TRABALHISTA	PERCENTUAL	OBSERVAÇÃO
1	Férias + 1/3 constitucional	11,11%	1/12 férias (8,33%) + 1/3 (2,78%)
2	13º salário	8,33%	Equivalente a 1/12 da remuneração
3	Multa FGTS (40% sobre depósitos)	3,20%	Média proporcional sobre depósitos
4	Aviso prévio indenizado	8,33%	Equivalente a 1/12 da remuneração anual
5	Contribuição Previdenciária Patronal (INSS)	6,19%	Alíquota de 20% (incidente sobre o somatório de 1 a 4)
6	Depósito FGTS	2,48%	Alíquota de 8% (incidente sobre o somatório de 1 a 4)
TOTAL		39,64%	Percentual mínimo a ser provisionado sobre a folha de pagamento